



Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ISSN 0102-0374

Curitiba, v.36, n.5-6, maio/junho 2014

sumário

- 1 A ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA, VINTE ANOS DEPOIS
Gilmar Mendes Lourenço
- 4 A INDÚSTRIA NACIONAL DIANTE DO ATUAL AMBIENTE
MACROECONÔMICO
Francisco José Gouveia de Castro
- 8 EMPREGO NO BRASIL: SUSTENTABILIDADE E MUDANÇAS
Francisco José Gouveia de Castro, Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 10 CERVEJA E CEVADA
Guilherme Amorim
- 12 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 15 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO (*Editor*)

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

MARIA ROSA DAVIN (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

A ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA, VINTE ANOS DEPOIS*

Gilmar Mendes Lourenço**

A moeda brasileira, o real, nascida em 1.º de julho de 1994, completa 20 anos de existência absolutamente carente da viga mestra representada por uma abrangente e consistente orientação macroeconômica e apoiada apenas em retórica e prática populistas, represadoras de um conjunto apreciável de problemas que, por certo, emitirá a fatura maior depois das eleições.

Não é segredo para ninguém que a aliança hegemônica de poder que administra a nação desde 2003, ao surfar nas ondas radicais produzidas pelas altas cotações das *commodities* em escala global, foi gradativamente abandonando o tripé da estabilização, aplicado a partir de 1999, formado por câmbio flutuante, superávits fiscais primários e metas de inflação, e, o que é pior, apostando todas as fichas na dupla CC (crédito e consumo do governo e das famílias), especialmente com o auge do pânico da crise internacional, em setembro de 2008.

Cumprir reconhecer que em boa parte de seu mandato, o presidente Lula logrou êxito na amenização da reprodução local dos movimentos extremistas presentes na América Latina; na manutenção e ampliação do núcleo ortodoxo do esforço de ajustamento de Fernando Henrique Cardoso (FHC); na inserção quase perfeita do País nas circunstâncias exógenas propícias; na intensificação e alargamento da inclusão social, implementada desde meados da década de 1990 e escorada no bolsa família, na valorização do salário mínimo e no avanço do emprego formal.

Conforme estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de miseráveis ou extremamente pobres (com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 70,0) recuou de 19,1 milhões de pessoas, em 1992, para 14,9 milhões, em 2002, e para 6,5 milhões em 2012.

Porém, do último trimestre de 2008 para cá o comportamento mudou, baseando-se em uma inadequada aplicação da doutrina keynesiana, perenizando programas anticíclicos. Mais que isso, desde 2011, o governo Dilma Rousseff alardeia o emprego de uma nova matriz econômica, amparada em crédito oficial subsidiado e incentivos tributários para os "eleitos do senhor" e pronunciado intervencionismo nas regras de operação e precificação de importantes atividades públicas e privadas, ensejando estrondosas perdas corporativas e sacrificando investimentos.

De esforços estruturantes sobraram os atabalhados PAC e PBM e as intervencionistas e envergonhadas rodadas de concessões

De esforços estruturantes sobraram o programa de aceleração do crescimento (PAC), que está mais parecido com um empreendimento imobiliário, por conta da destinação de 55% dos recursos para o Minha Casa Minha Vida; o Plano Brasil Maior (PBM), que em vez de política industrial horizontal é um festival de desonerações fiscais para ramos escolhidos por critérios vagos; e as privatizações, ou concessões, como quer o governo, que, centradas no confuso e insuficiente Programa de Infraestrutura e Logística (PIL), esbarram em toda a sorte de interferências públicas, na busca de investimento sem lucro e viabilização do equilíbrio econômico mediante financiamentos contratados a juros reais reduzidos.

Como resultado, o Brasil colhe o retorno de embaraços considerados superados, como déficits externos recordes; elevação dos desequilíbrios nas finanças públicas; inflação próxima do teto da meta de 6,5% ao ano, fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN),

* Este artigo representa uma versão ampliada de LOURENÇO, Gilmar Mendes. O real, 20 anos depois. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 jun. 2014, Opinião, p.2.

** Economista, diretor-presidente do IPARDES.

apesar do represamento dos reajustes dos preços dos combustíveis, energia elétrica e transporte coletivo urbano, o que abre espaços para deslocamento de patamar em 2015; estagnação dos níveis de atividade econômica, causada, sobretudo, pela desidratação da indústria; dentre outros.

As trapalhadas com os elementos conjunturais têm sido ladeadas pela ausência de um projeto de expansão econômica sustentada, baseado na negociação política da segunda geração das reformas institucionais, incluindo a tributária, a fiscal, a trabalhista e sindical, a previdenciária, a patrimonial, a financeira e o pacto federativo, redefinindo receitas e responsabilidades entre União, estados e municípios.

Lembre-se que o primeiro estágio de mudanças concentrou-se nos anos 1990 e começo da década de 2000, com a abertura comercial, a desestatização, a regulamentação das concessões dos serviços públicos, a flexibilização dos monopólios do estado nos segmentos de petróleo e de telecomunicações, a adequação do conceito de empresa nacional e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sendo timidamente ampliado, nos tempos recentes, com o crédito consignado, o cadastro positivo e a lei de falências.

Essencialmente, a transposição do ciclo de inflação ainda tida como baixa para os padrões brasileiros, para uma marcha firme de crescimento econômico, exige correções de rota nos instrumentos de estabilização, sobretudo juros, câmbio e gastos públicos, e a radicalização de medidas de compressão de custos e multiplicação da eficiência do aparelho produtivo. As despesas de produção e de feitura de negócios são extremamente elevadas no Brasil quando comparadas à média mundial e dos mercados emergentes.

O controle da espiral de preços promove, dentre outras coisas, o resgate da noção de valor e a ampliação do horizonte temporal de previsibilidade no cálculo econômico, favorecendo tanto a programação de dispêndios das famílias, quanto a definição e execução das estratégias de investimentos das corporações produtivas.

Aos vinte anos, o real está debilitado e prostrado, em um clima de flagrante corrosão das relações entre os atores públicos e privados, caracterizado pela brutal queda da confiança empresarial e dos consumidores no executivo federal, o que vem provocando adiamento das decisões de compra e suspensão dos planos de investimentos, apesar dos generosos e camaradas financiamentos subsidiados ofertados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

À reconhecida inflação de oferta, o Planalto conseguiu acrescentar as tradicionais tensões de demanda representadas por impulso do déficit público nominal; aumento da disponibilidade real de crédito direcionado, desatrelado do estado de ânimo privado; e atualizações dos salários reais médios acima da curva de produtividade.

O revigoramento e os muitos anos de vida saudável do real dependem de um verdadeiro estadista, menos ocupado com as demandas eleitorais e mais preocupado com o futuro do País

Por tudo isso, o revigoramento e os muitos anos de vida saudável da moeda brasileira dependem da ação de um verdadeiro estadista transformador, menos ocupado com as demandas eleitorais e mais preocupado com o futuro do País. Uma revisita ao princípio do governo Itamar Franco, em 1992-1993, seria um belo exercício de resgate e aprendizado do pensamento e visão estratégica e da gênese de um padrão monetário forte.

Nunca é demais recordar a ocupação do Ministério da Fazenda da gestão Itamar, pelo Senador Fernando Henrique, em maio de 1993 (até março de 1994), e o subseqüente lançamento do Programa de Ação Imediata (PAI), recheado de instrumentos que foram levantados e organizados por um grupo de economistas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) – André Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco e Pêrsio Arida.

Na ocasião, houve destaque à necessidade de ativação de medidas que atacassem, com vigor, o desequilíbrio fiscal e financeiro das contas públicas, de maneira antecedente aos expedientes voltados a debelar a inflação inercial, representada pela projeção da

elevação média passada do nível geral de preços, incorporada de outros elementos de perturbação, inclusive os receios de edição de novos congelamentos de preços.

Essa escolha representou uma frente de combate à inflação desprovida de malabarismos normalmente definidos de afogadilho e materializados em congelamentos, tabelamentos ou confiscos de haveres financeiros. A sociedade passou a partilhar passo a passo do processo de estabilização, por intermédio de anúncios prévios, com ampla e qualificada construção de consensos, mediante a discussão com a participação das representações no Congresso Nacional.

As apreensões, incertezas e patologias, manifestadas de forma crescente pelos mercados desde 2012, na forma de estagflação (negócios cadentes e inflação ascendente) e identificação de evidentes sinais de populismo redistributivista (distribuição de renda sem crescimento econômico), passaram a ser captadas integralmente pelas sondagens de opinião e devem constituir ingrediente decisivo na confecção de propostas durante a etapa eleitoral que está começando.

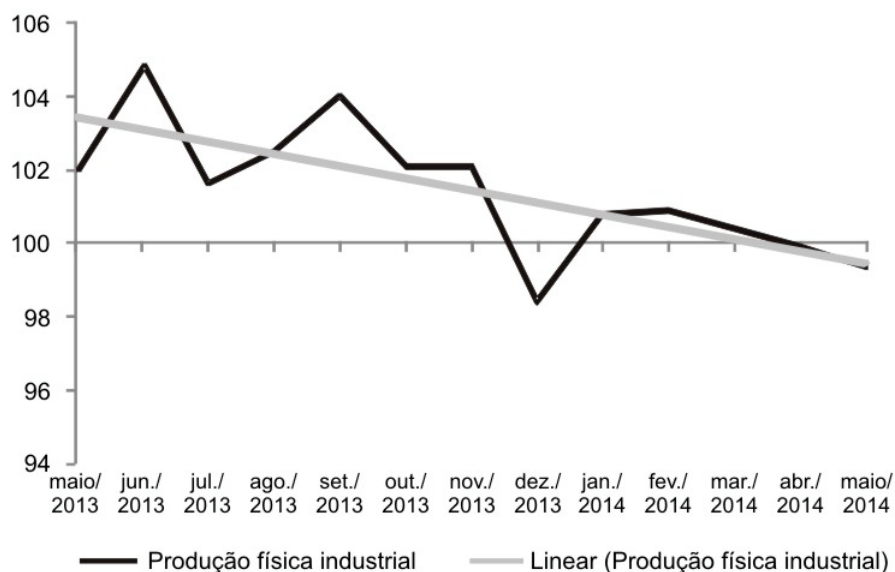
A INDÚSTRIA NACIONAL DIANTE DO ATUAL AMBIENTE MACROECONÔMICO

Francisco José Gouveia de Castro*

A produção física da indústria brasileira, pesquisada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou declínio de 1,2% nos cinco primeiros meses de 2014, demonstrando clara redução do ritmo diante dos resultados do primeiro (3,1%), segundo (2,5%) e terceiro (1,0%) quadrimestres de 2013, todas as comparações contra iguais períodos do ano anterior.

No índice acumulado para o período de janeiro a maio de 2014, frente ao mesmo intervalo do ano anterior, o setor fabril registrou queda de 1,6%. Já a taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos 12 meses, ao avançar 0,2% em maio de 2014, mostrou nítida redução na dinâmica de crescimento frente aos números verificados em março de 2014 (2,1%).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - BRASIL - MAIO DE 2013 A MAIO DE 2014



FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física
NOTA: Índice de base fixa com ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100).

Os dados do nível de atividade do setor industrial, produzidos pela instituição federal, corroboram os demais indicadores econômicos que estão marchando numa só direção, a do enfraquecimento da atividade econômica e do emprego. Na verdade, caminha-se firmemente para quatro anos de estagnação industrial e, conseqüentemente, destruição dos empregos no setor fabril nacional. Prova disso é o pífio crescimento de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB) registrado no primeiro trimestre de 2014, na comparação com igual período de 2013, ao passo que, em relação aos três meses imediatamente anteriores, o avanço foi de apenas 0,2%. As projeções para o fechamento do ano estão em torno de 1%.

A política macroeconômica adotada pelo governo federal tem seu epicentro numa forte expansão do gasto público, de custeio e de transferências. Aliás, segundo relatório do Banco Central, a administração central registrou déficit primário de R\$ 10,502 bilhões em maio, o pior resultado para o mês em toda a série estatística iniciada em 1997, ante o superávit primário de R\$ 5,974 bilhões obtidos no mesmo mês de 2013, contabilizando deterioração de R\$ 16,476.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Chama a atenção a combinação entre queda nominal de 7,8% das receitas líquidas, que passaram de R\$ 74,160 bilhões para R\$ 68,374 bilhões entre maio de 2013 e de 2014, concomitante à inflação acima de 6% ao ano, e o aumento de 15,7% das despesas totais do Tesouro Nacional, subindo de R\$ 68,159 bilhões para R\$ 78,876 bilhões em igual período.

Porém, mesmo com a elevação da carga tributária, os resultados primários têm registrado estabilidade com o risco de não atingir a meta de 1,9% do PIB, contribuindo para a persistente elevação da inflação. Para complicar, aparece o arranjo utilizado para conter o aumento dos preços, com o governo adotando o *mix* entre o controle de preços, acréscimo da taxa básica de juros e realização de operações de *Swap* cambial atraindo a entrada de capital de curto prazo, o que mantém a taxa de câmbio valorizada.

Certamente, a orientação macroeconômica tem prejudicado a competitividade do sistema produtivo, impactando seriamente no desempenho das atividades fabris estabelecidas no território nacional. Diante disso, tem-se insistido em estímulos que já demonstraram ineficácia, como o relançamento de pacotes voltados a algumas atividades do setor industrial e baixo nível de investimento privado.

As estatísticas de comércio exterior comprovam a pouca eficiência do Reintegra, programa em vigor desde 2012, que será permanente e garantirá ao exportador um benefício fiscal entre 0,1% e 3% do valor faturado. Já o Refis reduzirá o pagamento inicial exigido no refinanciamento de dívidas tributárias. As empresas pagarão, no ato de adesão ao programa, 5% de dívidas de até R\$ 1 milhão, 10% para débitos de R\$ 1 milhão até R\$ 10 milhões, 15% para valores entre R\$ 10 milhões e R\$ 20 milhões, e 20% acima de R\$ 20 milhões, representando um risco moral e incentivando a sonegação.

A atual conjuntura econômica tem contribuído para a exacerbação das incertezas quanto aos rumos da economia e do nível de demanda, afetando a confiança dos empresários, que estão adiando as prioridades de investimento. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), há redução de 51% para 30% nas intenções de investimentos da indústria de transformação para os próximos 12 meses.

Assim, o comportamento da produção industrial em maio de 2014 simplesmente sustenta que o setor está longe de sinalizar uma recuperação virtuosa. O principal impacto negativo foi registrado por veículos automotores, reboques e carrocerias, pressionado pela queda na fabricação de automóveis, caminhão-trator para reboques e semirreboques, caminhões, veículos para transporte de mercadorias e autopeças. A atividade acumula recuo de 12,5% na produção física entre janeiro e maio deste ano, ao mesmo tempo em que o segmento contabilizou queda de 5,1% das vendas e redução de 3,5% nos empregos nas montadoras, contabilizando o contingente de 4,7 mil empregados demitidos até maio, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Cabe mencionar ainda os constantes anúncios de férias coletivas, *lay-off* (suspensões de contratos) e programas de demissão voluntária (PDV) por todas as grandes fabricantes estabelecidas no País (tabela 1).

Outras contribuições negativas relevantes ocorreram nos setores de produtos de metal (-8,8%), pressionado pelo declínio da produção de estruturas de ferro e aço, construções pré-fabricadas de metal, esquadrias de ferro e aço, andaimes tubulares e materiais para andaimes, pontes e artefatos de aço e ferro; máquinas, aparelhos e materiais elétricos (6,4%), com forte influência na produção de fios, cabos e condutores elétricos, interruptores, quadros, painéis, cabines e suportes; e de produtos químicos (-3,7%), imputada à redução na produção de propeno não saturado, etileno não saturado, herbicidas, benzeno, tinta e vernizes para impressão, polipropileno e fungicidas e inseticidas para uso na agricultura.

A *performance* dessas atividades está em sintonia com os levantamentos realizados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), que apontam redução do ritmo de atividade do ramo da construção civil. Em maio, a utilização da capacidade ociosa da construção foi de apenas 70%, segundo a CNI.

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - BRASIL - 2013-2014

ATIVIDADES	VARIAÇÃO (%) NO MÊS DE MAIO DE 2014 ⁽¹⁾	VARIAÇÃO (%) JANEIRO A MAIO DE 2014 ⁽²⁾	VARIAÇÃO (%) EM DOZE MESES ⁽³⁾
Indústria geral	-3,2	-1,6	0,2
Indústrias extrativas	7,6	4,7	0,6
Indústrias de transformação	-4,4	-2,4	0,2
Alimentos	2,1	0,8	0,0
Bebidas	2,9	2,1	-1,6
Fumo	0,1	-8,1	-5,2
Têxtil	-4,2	-6,3	-2,9
Confecções	-3,4	-0,8	-2,0
Couros	-3,1	-4,7	0,5
Madeira	-4,2	-0,1	1,7
Celulose e papel	-1,5	-1,4	-1,2
Impressão e gravação	-13,4	-7,9	-6,5
Derivados de petróleo e biocombustíveis	-2,4	0,4	3,0
Sabões e cosméticos	5,7	3,5	4,8
Produtos químicos	-5,7	-3,7	1,5
Farmoquímicos e farmacêuticos	8,1	8,9	1,6
Borracha e material plástico	-3,6	0,0	0,9
Minerais não metálicos	-2,9	-1,4	1,1
Metalurgia	-10,5	-3,4	-1,5
Metal	-9,5	-8,8	-5,1
Equipamentos de informática e eletrônicos	7,8	14,7	9,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-1,8	-6,4	-1,4
Máquinas e equipamentos	-3,1	-2,7	2,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-20,1	-12,5	-2,8
Equipamentos de transporte	-1,2	-0,2	2,6
Móveis	-10,3	-7,6	-2,4
Produtos diversos	-10,5	-4,4	5,5
Manutenção e reparação	9,6	6,0	1,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

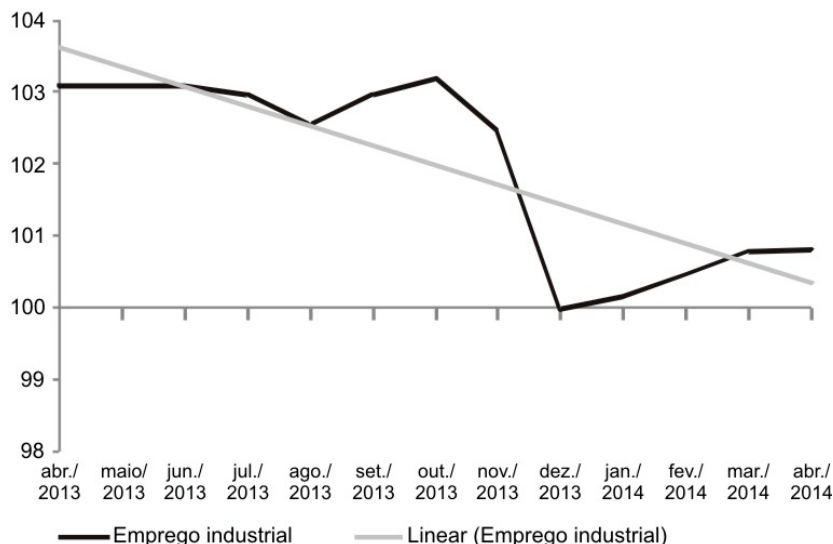
(1) Em comparação a maio de 2013.

(2) Em comparação ao acumulado de janeiro a maio de 2013.

(3) Em comparação aos 12 meses imediatamente anteriores.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), realizada pelo IBGE, corrobora com o movimento descendente do setor industrial nos últimos doze meses (gráfico 2). Em abril, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a queda de 2,2% no contingente de trabalhadores do setor foi a 31.^a seguida. O mais preocupante é que os cortes não foram suficientes para manter o avanço da produtividade no mesmo patamar dos meses anteriores nem para reduzir o aumento na folha de pagamento. Entre janeiro e abril de 2014 a folha de pagamento real subiu 1,8% contra um patamar de 1,3%, e o número de horas pagas recuou 2,4% no mesmo período de 2013.

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL - BRASIL - ABRIL DE 2013 A ABRIL DE 2014



FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial de Empregos e Salário

Apesar das medidas de estímulos ao crescimento que geraram enorme custo fiscal para o País, o ano de 2014 deve registrar pífios resultados na atividade econômica e nos investimentos. Não por acaso, recente relatório do Banco Central projeta expansão de 1,4% para o produto industrial brasileiro.

Para o BC, a formação bruta de capital fixo deverá recuar 2,4% em 2014, mostrando as dificuldades de reação dos investimentos mesmo com os projetos financiados pelo Tesouro Nacional, contidos no Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

EMPREGO NO BRASIL: SUSTENTABILIDADE E MUDANÇAS

Francisco José Gouveia de Castro*

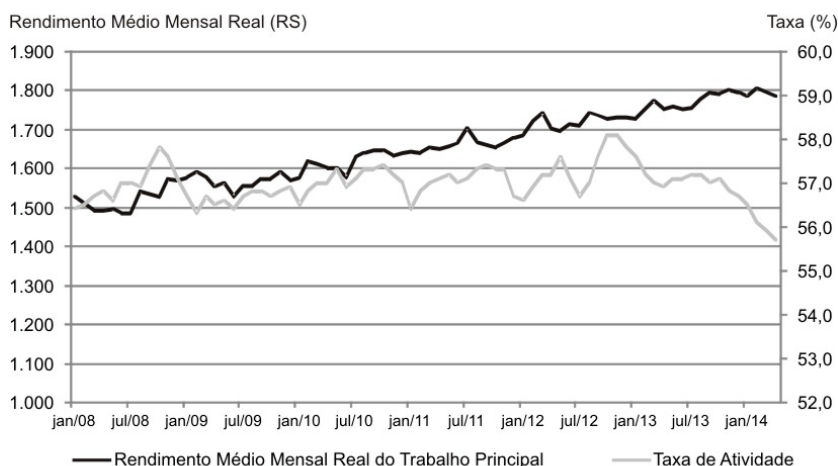
Julio Takeshi Suzuki Júnior**

No dia 22 de maio¹, o IBGE anunciou que o contingente de desocupados em seis regiões metropolitanas brasileiras correspondeu a 4,9% da População Economicamente Ativa (PEA), relativamente a abril de 2014, representando o quinto menor percentual em uma extensa série de 146 resultados e o mais baixo patamar para o quarto mês de um ano civil. Poucos dias depois, o mesmo instituto divulgou que a taxa de desemprego no País, incluindo também áreas não metropolitanas, alcançou 7,1% no primeiro trimestre do presente exercício, ficando abaixo dos 8,0% registrados em idêntico período de 2013.

Não obstante a diferença entre os números das duas pesquisas, devido, entre outras questões metodológicas, às distintas abrangências territoriais e delimitações da População em Idade Ativa (PIA), é inegável o aquecimento do mercado de trabalho brasileiro, que provavelmente se aproxima da condição de plenitude do emprego, a despeito das módicas taxas de crescimento do produto econômico. Não fosse assim, diante das elevações reais dos rendimentos laborais que vêm sendo registradas (gráfico 1), a taxa de atividade, representada pela razão entre a PEA e a PIA, apresentaria trajetória ascendente, uma vez que haveria incorporação de indivíduos à força de trabalho pela atratividade dos salários, diferindo do comportamento observado (estabilidade até o final de 2013, quando passou a declinar).

Como se sabe, o dinamismo do emprego e o seu desdobramento em ganhos salariais vêm redundando em diminuição das assimetrias de renda no País, tendo em vista que, em uma perspectiva da média, as remunerações do trabalho preponderam na composição dos rendimentos familiares, superando largamente as transferências previdenciárias e sociais e as receitas de patrimônio, e que os maiores aumentos dos valores gerados pelas atividades laborais vêm se concentrando nos estratos inferiores de recebimentos. Tanto é assim que a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e o rendimento médio dos 40% mais pobres caiu, somente a título de exemplo, de 18,1 em 2007 para 15,4 em 2012, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

GRÁFICO 1- RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DO TRABALHO PRINCIPAL E TAXA DE ATIVIDADE - REGIÕES METROPOLITANAS - JANEIRO DE 2008 A ABRIL DE 2014



FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

** Administrador, Diretor do Centro de Pesquisa do IPARDES.

¹ A taxa de desocupação nacional relativa ao mês de junho de 2014 ainda não foi calculada devido aos problemas técnicos ocasionados pela greve dos servidores do IBGE em Porto Alegre e Salvador.

O problema está no fato de que a forte absorção pelo mercado de trabalho provavelmente não é sustentável, conforme indicam algumas variáveis econômicas, não raramente desprezadas por analistas de limitada amplitude avaliativa e defensores de

soluções sociais fáceis. Ademais, defronte das mudanças na distribuição setorial das ocupações, é duvidosa a qualidade de grande parte dos novos empregos, em termos de adição de valor, com repercussões sobre a produtividade e, em virtude do esgotamento do estoque de mão de obra não utilizada, a expansão do PIB.

Mais detalhadamente, o crescimento do emprego não vem sendo acompanhado de uma ampliação proporcional da capacidade do País de produzir, como reflexo da predominante geração de vagas em segmentos de baixo coeficiente entre o valor adicionado e o pessoal ocupado, que, por sua vez, está relacionada a um arranjo macroeconômico que prioriza o consumo e desestimula a poupança, o investimento e o comércio exterior, em especial as exportações de manufaturados. Nesse sentido, nos espaços metropolitanos pesquisados pelo IBGE, verifica-se que o número de ocupados na indústria de transformação declinou -3,3% nos últimos três anos (tabela 1), em oposição ao incremento de 2,8% no total de pessoas em atividades laborais, o que resultou em queda de um ponto percentual do peso relativo do ramo manufatureiro no emprego global, com a cessão de espaço aos serviços, em uma troca qualitativamente questionável e que seria aceitável somente em economias com renda *per capita* muito mais elevada, mesmo assim dentro de limites.

TABELA 1 - NÚMERO DE OCUPADOS, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE, SALVADOR, PORTO ALEGRE E RECIFE - MESES DE ABRIL DE 2011 E 2014

ATIVIDADE	ABRIL DE 2011		ABRIL DE 2014		VAR. (%)
	Ocupados (mil pessoas)	Part. (%)	Ocupados (mil pessoas)	Part. (%)	
Indústria de Transformação	3.515	15,8	3.397	14,8	-3,3
Outras Atividades Industriais	1.857	8,3	1.899	8,3	2,2
Serviços	16.816	75,4	17.515	76,4	4,2
Outras Atividades	125	0,6	129	0,6	3,2
TOTAL	22.313	100,0	22.940	100,0	2,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

Diante disso, facilita-se a compreensão das causas do baixo dinamismo da produtividade do trabalho e do relevante excesso de demanda sobre a oferta, presentemente observados, que vêm levando a dependência crescente em relação à poupança externa e a níveis preocupantes de inflação. Nessa última questão, em razão da dissimetria entre os movimentos dos salários e da produção por trabalhador, com influência da leniência monetária, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) vem registrando taxas muito próximas do teto do regime de metas em períodos acumulados de doze meses, extrapolando a margem superior em segmentos dependentes exclusivamente da capacidade doméstica de oferta, como é o caso dos serviços.

Já no que se refere ao déficit externo, derivado do não acompanhamento da dinâmica de consumo pela produção nacional, limitada sobremaneira pelo fator trabalho, observa-se incômoda trajetória de ascensão, com o saldo negativo nas transações correntes passando de 2,26% do PIB, no início da atual gestão federal, para 3,61%, em doze meses encerrados em maio de 2014, o que seria muito preocupante não fosse o ainda elevado patamar das reservas cambiais, assegurado por condições internacionais favoráveis do passado recente.

Por tudo isso, não há dúvida quanto à exaustão da vigente estratégia de crescimento baseada na incorporação em escala de desocupados, viável enquanto o contingente de desempregados era elevado, e no incentivo exagerado ao consumo familiar e governamental, tornando necessárias mudanças na direção da impulsão da produtividade, variável fortemente influenciada pela qualificação dos trabalhadores, da ampliação do capital fixo e da inserção internacional, mesmo que as medidas sejam, em um primeiro momento, impopulares.

A produção nacional de cerveja atravessa período de recuperação, após retração de 2% no ano passado, segundo o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe), gerenciado pela Secretaria da Receita Federal. No primeiro semestre deste ano, o volume fabricado cresceu 11,2% em relação ao mesmo período de 2013. A expansão atende à demanda gerada pela Copa do Mundo de futebol, e sustenta-se a despeito de elevação significativa de preços.

De acordo com a mais recente pesquisa de inflação divulgada pelo IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) de junho, o custo da bebida ao consumidor apresenta variação de 4,46% quando consumida fora da residência, no acumulado do ano. No maior mercado consumidor do País, a região metropolitana de São Paulo, o mesmo índice alcançou 6,96%. A elevação de preços não foi maior porque o Ministério da Fazenda adiou aumento de impostos sobre o produto. Espera-se que o multiplicador da base de cálculo para pagamento de PIS/ Cofins sobre bebidas frias cresça a partir de setembro. A necessidade de recuperação da arrecadação federal, a fim de compensar desonerações e fazer frente ao aumento das despesas do Tesouro Nacional, combinada ao pequeno peso de cerveja e refrigerante na composição do índice (0,39% e 0,71%, respectivamente), diminuem a margem de negociação da indústria em direção a nova postergação.

O cenário para o setor no curto prazo não é dos mais auspiciosos, mas relevantes investimentos têm sido executados. Os planos de construção de fábricas da Ambev e do Grupo Petrópolis no Paraná, revelados no primeiro semestre, demonstram o potencial do mercado nacional. A primeira alocou R\$ 580 milhões em Ponta Grossa, em unidade a ser inaugurada até o final do ano. O Grupo Petrópolis, por sua vez, estabelecerá duas fábricas em locais ainda não definidos. Sua planta de processamento de malte demandará R\$ 263 milhões, e a unidade cervejeira R\$ 600 milhões. No ano passado, mesmo diante de um cenário instável para as empresas do ramo, houve investimentos relevantes no Estado. A Cooperativa Agrária, sediada no distrito de Entre Rios, em Guarapuava, controla a décima maior maltaria do mundo e alocou R\$ 80 milhões na expansão de sua capacidade de fabricação de malte, de 220 para 300 mil toneladas anuais. Tais inversões são relevantes não somente para esse ramo industrial, mas também para o setor de construção civil, no curtíssimo prazo, e para diversos segmentos prestadores de serviços – transportes especialmente.

O crescimento das aquisições de cevada apresenta-se, assim, como alternativa para agricultores que investem, no ciclo de inverno, em plantio de trigo ou de milho safrinha. A rentabilidade da cultura também tende a incentivar os agricultores que simplesmente realizam cobertura do solo. De acordo com o Núcleo Regional de Guarapuava da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), há áreas nessas condições nos Campos Gerais – região propícia para o cultivo. A opção tende a se tornar mais atrativa pela força da indústria, através de meios de fixação de preços que reduzem os riscos do produtor rural. A essas, a Ambev tem oferecido três métodos para determinação de valor do *bushel* de cevada: paridade fixa, flutuação em banda com limites preestabelecidos, e atrelamento à cotação do trigo – de data previamente definida na Chicago Mercantile Exchange, independentemente do dia de entrega da mercadoria. A tendência é de que o último mecanismo responda por cerca de três quartos dos contratos firmados. A companhia também criou um programa de assessoria técnica e implantou um plano de premiação por aumento de produtividade.

O cultivo do grão no País restringe-se aos três estados do Sul e a variedade de cevada colhida localmente é aquela adequada à fabricação de cerveja. Em outros países produtores, o cultivo desta espécie é compartilhado com as mais propícias à fabricação de alimentos ou ração para animais. De acordo com o mais recente Levantamento Sistemático da Produção

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Agrícola (LSPA), pesquisa do IBGE, o Paraná continuará a ser o principal produtor na safra de 2014, responsável por 67,24% do volume. O Estado será o único a apresentar expansão na quantidade produzida, com variação de 17,85% em relação à safra do ano passado. Esse desempenho resulta do crescimento da área plantada (19%) e de estabilidade no bom nível de produtividade. O Estado é o único a alcançar rendimento superior a quatro toneladas por hectare.

O perfil global de produção e comércio da cevada apresenta algumas particularidades. Segundo os mais recentes dados da Food and Agriculture Organization (FAO), divisão das Nações Unidas, os maiores produtores mundiais são Rússia, França, Alemanha, Austrália e Canadá. A produção francesa, embora 18,67% inferior à russa, apresenta valor de mercado 121,73% superior graças à demanda das maltarias. Dessa forma, ao se analisar o comércio global da *commodity* por valor transacionado, percebe-se que, em 2013, a França respondeu por 21,79% das exportações mundiais. O montante auferido com as vendas francesas do grão ao exterior superou US\$ 8,6 bilhões, de acordo com o Comtrade, braço estatístico das Nações Unidas.

Estima-se que a produção nacional de cevada atenda a cerca de 20% da necessidade das cervejarias. A Argentina é a principal origem das importações brasileiras, segundo informações da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) – no ano passado, respondeu por 88,35% do volume adquirido externamente. A França foi responsável por 11,65%. Nos cinco primeiros meses de 2014, a quantidade de cevada importada pelo País foi 225,43% superior àquela do mesmo período do ano passado. No ano corrente, dado relevante é a participação uruguaia no fornecimento, com 7,5%.

A expansão da área plantada no País tem sido respaldada por pesquisas da Embrapa, com o desenvolvimento de novas cultivares. A mais recente contribuição da instituição, realizada em parceria com a Maltaria Vale, de Taubaté (SP), foi lançada em meados de 2013. A nova cultivar, batizada como BRS Itanema, possui grãos maiores e ciclo de cultivo menor que as espécies previamente criadas. Seu desenvolvimento atendeu à necessidade de cevada adaptada ao cultivo irrigado. Assim, espera-se que essa variedade atenda eventuais produtores de São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

A Embrapa estima que a presente demanda das fábricas de cerveja instaladas no Brasil somente seria atendida com o cultivo de 500 mil hectares de cevada. Segundo o LSPA, a safra deste ano cobriu 90,3 mil hectares. Tanto em regiões tradicionalmente aptas ao plantio, como em áreas recentemente incorporadas, a cultura compete com outros grãos na preferência do agricultor. Essa disputa, associada ao fato de que, internacionalmente, o consumo da bebida tem crescido em regiões de pouca tradição na produção de cevada, estipula um desafio para a indústria.

A demanda da indústria cervejeira da China pelo grão é, ainda, outro complicador. Estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) aponta para a menor quantidade colhida da série histórica – iniciada em 1960-1961 – na safra chinesa de 2014-2015. A retração no plantio é explicada por políticas governamentais que desempõem áreas indicadas à cevada em favor do cultivo de arroz, milho, soja e trigo. Consequentemente, entre 2009 e 2013, a quantidade de cevada importada pelo país aumentou 63,34%, enquanto o valor pago por essas aquisições variou 101,68%. Esses indicadores não significam, contudo, que a China abandonou o cultivo. Empresas do país firmaram programa de pesquisas com indústrias australianas com o objetivo de desenvolver cultivares mais resistentes à acidez do solo e adaptadas a regiões sujeitas a estiagens e à ocorrência de neve.

Ressalte-se ainda, no panorama internacional, que a Arábia Saudita é o principal país importador do grão. Sua demanda, contudo, concentra-se em variedades mais apropriadas à fabricação de ração para animais.

Os agentes da cadeia de produção de cevada, malte e cerveja encontram-se bianualmente em conferência para analisar condições globais de produção, comercialização e tributação do setor. Na edição do ano passado, em Madrid, a maioria dos painéis versou sobre a dependência das indústrias em relação ao fornecimento de matéria-prima, sobre previsibilidade de preços e estruturas de exação de impostos. As discussões abordavam virtudes e fragilidades de modelos de verticalização da cadeia produtiva, com indústrias que assumem o cultivo através de arrendamento ou aquisição de terras, e de modelos de parceria de longo prazo entre fabricantes e agricultores. São temas que tendem a ser discutidos mais frequentemente também no mercado local.

AGROINDÚSTRIA

Cargill implantará nova linha de produção em Castro

A unidade de processamento de milho inaugurada pela Cargill em Castro (Região Centro-Oriental Paranaense) receberá aporte de US\$ 25 milhões para implantação de uma nova linha de produção, de amido modificado, insumo utilizado por indústrias de papel e celulose. A empresa de capital estadunidense investiu cerca de R\$ 500 milhões na fábrica de Castro, em funcionamento desde novembro de 2013.

LOPES, Fernando. Cargill investe mais US\$ 500 milhões no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 06 jun. 2014. Empresas, p.B12.

INDÚSTRIA

Tetra Pak diversifica produção

A Tetra Pak investiu aproximadamente 1 milhão de euros na adaptação de equipamentos para a produção de embalagens para queijo frescal, em sua fábrica no município de Ponta Grossa, na Região Centro-Oriental Paranaense. A companhia de capital sueco ainda não atendia a esse mercado. O complexo da empresa passa por expansão que duplicará sua capacidade instalada. O investimento é estimado em R\$ 150 milhões.

A divisão brasileira da Tetra Pak alcançou faturamento de R\$ 4,6 bilhões no ano passado. Espera-se que esta cifra apresente crescimento entre 5% e 6% em 2014.

FONTES, Stella. Tetra Pak entra no mercado de queijo. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 jun. 2014. Empresas, p.B3.

Latasa investirá R\$ 30 milhões em Centenário do Sul

A indústria de reciclagem de alumínio Latasa instalará unidade no município de Centenário do Sul, na Região Norte Central Paranaense. A empresa espera que o investimento, avaliado em R\$ 30 milhões, expanda em 18% sua capacidade de processamento. A expectativa é de que a planta entre em funcionamento a partir de 2016.

Fundada em 1991, a companhia possui três fábricas no estado de São Paulo que, somadas, reúnem potencial anual de produção estimado em 54 mil toneladas de ligas de alumínio. A companhia projeta receita anual de R\$ 1,5 bilhão em 2014.

ALONSO, Olívia. Latasa cresce no negócio de reciclagem. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 jun. 2014. Empresas, p.B3.

LATASA deve investir R\$ 30 mi no Paraná. **Folha de Londrina**, 03 jun. 2014. Economia & Negócios, p.3.

Sepac expande fábrica em Mallet

Indústria de papel e celulose, a Sepac investiu R\$ 180 milhões na expansão de seu complexo localizado em Mallet, município da Região Sudeste Paranaense. Foram implantadas três linhas de produção – de guardanapos, papel higiênico e papel-toalha – e nova máquina de fabricação de bobinas, capaz de processar 100 toneladas de papel diariamente, entrou em funcionamento no início de junho. Estima-se que a capacidade instalada da unidade tenha crescido 40% com as inversões. A empresa planeja, em dois anos, construir nova fábrica, dada a inexistência de área disponível para crescimento no terreno que ocupa.

* Elaborado com informações disponíveis de 1º.05.2014 a 30.06.2014.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

A Sepac construiu, ainda, duas subestações de energia elétrica – em Mallet e em Rio Azul, município vizinho – e linha de transmissão unindo-as. A empresa alocará, ainda, recursos na pavimentação da estrada que liga sua planta à cidade de Mallet. A subestação de Rio Azul foi repassada à Copel, responsável por sua operação e manutenção. Os investimentos da Sepac foram inseridos no Programa Paraná Competitivo, vinculado à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul e à Agência de Desenvolvimento do Paraná.

CLEMENTE, Loise. Sepac investe R\$ 180 mi para expandir produção. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 jun. 2014. Economia, p.3.

FRIAS, Maria Cristina. Fabricante de papel do PR aportará R\$ 180 milhões para se expandir. **Folha de S. Paulo**, 04 jun. 2014. Mercado, p.B2.

Araupel investirá em Guarapuava e Quedas do Iguaçu

Indústria madeireira de capital gaúcho, a Araupel investirá R\$ 120 milhões na construção de fábrica no município de Guarapuava, na Região Centro-Sul Paranaense. A unidade produzirá peças utilizadas na construção civil, como molduras e painéis e portas. Estima-se que a planta entre em operação no final do próximo ano.

A companhia planeja, também, modernizar suas instalações em Quedas do Iguaçu, na mesma região do Estado. Essa planta receberá melhoramentos avaliados em R\$ 40 milhões. Combinadas, as alocações permitirão à empresa duplicar sua capacidade de produção, atualmente de 5,6 mil metros cúbicos por mês. Aproximadamente 70% da receita da Araupel provém de exportações, principalmente para Canadá e Estados Unidos.

FRIAS, Maria Cristina. Grupo madeireiro constrói segunda fábrica no Paraná. **Folha de S. Paulo**, 10 jun. 2014. Mercado, p.B2.

Alltech alocará R\$ 140 milhões em expansões

Instalada no Estado desde 1993, a indústria de capital estadunidense Alltech investirá R\$ 140 milhões na expansão da capacidade produtiva de suas plantas, localizadas em São Pedro do Ivaí (Região Norte Central Paranaense) e Araucária (Região Metropolitana de Curitiba). No complexo de São Pedro do Ivaí, onde se planeja alocar R\$ 100 milhões, será implantada linha de produção de algas. A empresa desenvolve leveduras para nutrição animal e as algas também serão destinadas a esse mercado. Espera-se que o novo produto gere receita anual de US\$ 50 milhões no Brasil.

A unidade de Araucária também será expandida, com investimentos de aproximadamente R\$ 40 milhões. A Alltech alcançou US\$ 1 bilhão de faturamento no ano passado, sendo que o mercado brasileiro foi responsável por 18% desse montante.

ALLTECH inaugura a primeira fábrica de algas do Brasil. **Folha de Londrina**, 11 jun. 2014. Economia & Negócios, p.3.

DE VITTA, Lucas. Paraná terá primeira fábrica de algas do país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jun. 2014. p.18.

FRIAS, Maria Cristina. Americana injeta R\$ 140 mi em suas fábricas brasileiras. **Folha de S. Paulo**, 13 jun. 2014. Mercado, p.B2.

Tecpar e UEPG produzirão medicamentos

O Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), empresa pública subordinada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, associou-se à Universidade Estadual de Ponta Grossa para a produção de medicamentos. O projeto será desenvolvido no Laboratório Industrial para Produção de Medicamentos (Lapmed), implantado em 2010, ligado ao curso de Farmácia da instituição.

Planeja-se a fabricação de dois remédios para tratamento oncológico. Estima-se que a implementação do plano demandará R\$ 7 milhões. As fontes de financiamento do mesmo ainda não foram definidas.

SILVA, Maria Gizele. Tecpar firma convênio com UEPG para produzir remédios. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 jun. 2014. p.19.

Nova planta da Electrolux

Empresa de capital sueco, a Electrolux implantará sua terceira fábrica no Estado, no município de Lapa (Região Metropolitana de Curitiba). A expectativa é de que a nova unidade produza 800 mil refrigeradores anualmente e de que entre em funcionamento em meados de 2016. A construção da planta será iniciada no final do ano corrente. Estima-se que o investimento demandará R\$ 250 milhões. O projeto foi incluído no Programa Paraná Competitivo.

GALANI, Luan. Electrolux anuncia construção de fábrica na Lapa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jun. 2014. p.23.

SERVIÇOS

Bematech absorve Unum Tecnologia

Instalada em Curitiba desde 1990, a Bematech adquiriu o controle da Unum Tecnologia e Consultoria, criadora de *software* para gestão empresarial. Os produtos da Unum servem a cerca de 1.500 empresas, de diversos ramos varejistas. A absorção custou à empresa paranaense R\$ 30 milhões, mas o acordo prevê pagamento suplementar de R\$ 10 milhões em três anos, a depender do cumprimento de metas de desempenho. Os funcionários da Unum foram incorporados ao quadro da Bematech.

BEMATECH compra empresa de software de gestão por R\$ 40 mi. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 jun. 2014. p.21.

POR R\$ 30 milhões, Bematech adquire Unum. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 jun. 2014. Empresas, p.B5.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2014

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012	1 233	1 906	1 546	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580
2013 ⁽¹⁾	94	223	2 372	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112
2014 ⁽¹⁾	-	-	-	29 711	156 078	5 253	29 664	822 217	27 718

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012	66 811	90 614	1 356	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100
2013 ⁽¹⁾	65 151	99 747	1 531	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128
2014 ⁽¹⁾	33 868	31 330	925	666 848	50 421 577	75 612	51 900	213 554	4 115

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2014

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012	478 532	700 545	1 464	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316
2013 ⁽¹⁾	484 568	673 783	1 390	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071
2014 ⁽¹⁾	504 956	831 686	1 647	75 396	172 834	2 292	177 121	4 075 605	23 010

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	3 013 870	16 516 036	5 480	4 454 655	10 924 321	2 452	782 308	2 107 665	2 694
2013 ⁽¹⁾	3 031 691	17 353 450	5 724	4 754 076	15 924 318	3 350	1 000 099	1 886 948	1 887
2014 ⁽¹⁾	2 574 256	15 341 707	5 960	5 018 523	14 806 462	2 950	1 332 091	4 008 727	3 009

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2014

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Janeiro	279 032	27 045	50 703
1998	854 517	236 358	193 435	Fevereiro	248 026	24 175	45 037
1999	957 237	198 873	229 466	Março	257 112	25 704	49 650
2000	1 041 412	181 113	235 315	Abril	295 361	29 803	53 895
2001	1 121 828	197 985	263 451	Maio	296 388	29 332	53 555
2002	1 235 681	219 350	333 951	Junho	293 107	26 527	51 785
2003	1 344 398	219 774	359 139	Julho	304 933	28 273	54 779
2004	1 557 656	276 808	340 645	Agosto	291 771	26 473	54 103
2005	1 788 481	308 947	367 765	Setembro	271 027	28 513	50 242
2006	1 856 538	316 897	390 394	Outubro	306 614	30 426	50 712
2007	2 057 318	295 010	437 152	Novembro	275 014	26 519	47 567
2008	2 480 908	279 609	454 340	Dezembro	274 831	30 389	44 420
2009	2 489 061	282 220	509 156	2014 ⁽¹⁾	891 386	73 765	140 068
2010	2 725 634	338 599	531 514	Janeiro	311 431	24 520	47 529
2011	2 868 973	279 585	629 586	Fevereiro	288 778	24 476	44 683
2012	3 033 270	314 986	623 822	Março	291 177	24 769	47 856
2013 ⁽¹⁾	3 379 689	333 180	606 446				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2014

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013 ⁽¹⁾	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
Janeiro	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298
Fevereiro	532 919	49,13	89 417	8,24	441 106	40,67	21 175	1,95	1 084 617
Março	766 641	55,28	147 907	10,67	449 371	32,41	22 794	1,64	1 386 712
Abril	875 775	55,39	106 504	6,74	573 340	36,26	25 546	1,62	1 581 166
Maio	967 240	53,01	204 514	11,21	630 032	34,53	22 708	1,24	1 824 494
Junho	919 317	53,86	186 114	10,90	583 280	34,18	18 019	1,06	1 706 730
Julho	954 664	54,71	180 971	10,37	589 168	33,77	19 995	1,15	1 744 797
Agosto	1 042 068	53,91	179 067	9,26	684 339	35,40	27 584	1,43	1 933 059
Setembro	849 873	50,90	219 455	13,14	582 723	34,90	17 664	1,06	1 669 715
Outubro	828 976	48,59	261 960	15,35	589 219	34,54	25 921	1,52	1 706 076
Novembro	615 794	43,81	171 108	12,17	596 903	42,46	21 907	1,56	1 405 712
Dezembro	386 646	31,49	216 951	17,67	609 138	49,61	15 092	1,23	1 227 827
2014 ⁽¹⁾	3 013 094	56,06	440 281	8,19	1 837 094	34,18	84 744	1,58	5 375 214
Janeiro	345 047	38,15	125 860	13,91	419 159	46,34	14 480	1,60	904 545
Fevereiro	686 347	52,27	91 161	6,94	513 831	39,13	21 851	1,66	1 313 190
Março	868 742	58,46	130 557	8,79	464 217	31,24	22 530	1,52	1 486 046
Abril	1 112 957	66,59	92 703	5,55	439 888	26,32	25 883	1,55	1 671 433

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2014

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 275	18 767 763	- 1 373 487	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013 ⁽¹⁾	18 239 202	19 343 839	- 1 104 637	242 178 649	239 623 604	2 555 045
Janeiro	968 298	1 460 460	- 492 162	15 966 728	20 006 835	- 4 040 107
Fevereiro	1 084 617	1 270 457	- 185 840	15 549 465	16 828 348	- 1 278 883
Março	1 386 712	1 695 155	- 308 443	19 320 426	19 157 901	162 524
Abril	1 581 166	1 723 393	- 142 228	20 631 040	21 619 866	- 988 825
Maio	1 824 494	1 624 640	199 855	21 822 420	21 060 756	761 664
Junho	1 706 730	1 615 656	91 072	21 134 041	18 826 007	2 308 034
Julho	1 744 797	1 574 773	170 024	20 806 765	22 705 903	- 1 899 138
Agosto	1 933 059	2 078 770	- 145 711	21 424 021	20 201 008	1 223 013
Setembro	1 669 715	1 516 117	153 597	20 995 536	18 855 376	2 140 160
Outubro	1 706 076	1 773 194	- 67 118	22 821 003	23 046 371	- 225 368
Novembro	1 405 712	1 448 617	- 42 905	20 861 367	19 122 374	1 738 994
Dezembro	1 227 827	1 562 604	- 334 777	20 845 837	18 192 860	2 652 978
2014 ⁽¹⁾	6 936 176	7 011 859	- 75 683	90 063 967	94 919 076	- 4 855 109
Janeiro	904 545	1 217 250	- 312 704	16 026 191	20 084 494	- 4 058 304
Fevereiro	1 313 190	1 304 086	9 104	15 933 832	18 059 176	- 2 125 343
Março	1 486 046	1 419 498	66 548	17 627 934	17 516 681	111 253
Abril	1 671 433	1 425 211	246 221	19 723 926	19 218 801	505 124
Maio	1 560 962	1 645 814	- 84 853	20 752 084	20 039 923	712 160

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2014

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	107,7	102,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	122,4	106,5
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	123,0	107,1
Têxteis, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	91,1	77,3
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	117,0	84,6
Móveis	100,00	107,3	103,3	112,6	80,7
Eletrodomésticos	100,00	109,2	120,4	123,3	90,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	121,9	112,4
Livros, jornais, revistas e papeleria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	144,6	116,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	84,5	61,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	121,4	95,3
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	116,3	99,6

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)														
	Mar./13	Abr./13	Maio/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14
Combustíveis e lubrificantes	116,2	114,2	119,3	122,9	127,0	130,5	128,6	134,4	124,7	121,8	121,6	120,7	120,5	124,5	120,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	122,4	103,4	108,2	108,7	111,9	117,4	109,6	115,0	123,0	151,1	118,5	129,8	109,3	117,9	117,0
Hipermercados e supermercados	123,1	103,7	108,2	108,9	111,7	117,2	109,4	114,8	123,2	152,3	118,9	130,8	109,4	118,0	117,2
Têxteis, vestuário e calçados	98,7	105,0	115,7	101,5	105,1	101,5	89,8	100,4	105,5	184,6	94,2	94,7	83,1	94,8	104,1
Móveis e eletrodomésticos	99,3	100,9	108,9	102,7	119,1	119,6	108,2	112,0	117,3	153,2	104,0	124,2	97,3	97,8	96,6
Móveis	93,3	94,1	97,0	89,9	108,5	109,8	101,4	105,8	108,7	137,7	92,3	109,1	86,4	87,0	86,8
Eletrodomésticos	107,1	110,2	119,2	113,6	128,5	128,4	114,5	117,9	125,2	166,7	114,0	137,1	106,8	107,1	105,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	132,1	128,3	131,0	126,8	135,3	143,6	136,2	141,9	140,1	156,7	133,4	130,1	124,1	140,9	138,4
Livros, jornais, revistas e papeleria	94,3	106,8	106,9	102,0	110,4	113,9	98,1	64,3	62,4	138,4	104,0	146,4	105,6	88,3	75,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	84,0	81,6	101,3	87,2	93,4	85,8	84,0	83,7	80,7	96,1	59,5	58,0	62,9	58,0	59,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	123,2	110,8	128,7	123,0	130,4	123,9	119,1	135,1	136,9	230,7	124,0	128,9	113,2	122,8	131,2
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	116,2	106,2	112,9	110,7	116,3	119,2	111,7	117,6	121,3	154,7	114,9	123,5	107,2	114,5	114,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2002-2014

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)														
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13
Indústria de transformação	63,4	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	88,4	85,9	99,1
Produtos alimentícios	83,5	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	80,2	85,4	90,4
Bebidas	68,2	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,9	91,0	93,9
Produtos de madeira	99,0	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	103,7	97,9	100,7
Celulose, papel e produtos de papel	71,7	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	98,4	85,5	102,2
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,5	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	92,7	82,9	96,5
Outros produtos químicos	162,4	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	103,4	94,7	74,3
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	97,3	103,6	105,1
Minerais não metálicos	77,0	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	95,4	99,6	104,8
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	74,4	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	87,6	92,7	99,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	63,1	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	101,5	96,9	112,6
Máquinas e equipamentos	56,7	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,6	101,6	114,9
Veículos automotores, reboques e carrocerias	29,1	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	71,5	69,9	108,3
Móveis	91,7	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	98,3	84,8	98,0

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)														
	Abr./13	Maior/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	
Indústria de transformação	107,3	108,8	102,9	111,9	118,1	109,5	115,5	115,5	107,4	83,8	94,1	91,6	94,2	95,8	94,7
Produtos alimentícios	104,2	110,0	99,9	117,5	124,9	112,2	113,1	104,4	104,4	87,0	83,1	77,6	78,6	85,2	90,9
Bebidas	84,9	90,4	96,8	84,6	95,2	99,1	115,0	115,2	115,2	125,4	103,4	101,4	96,8	113,6	101,9
Produtos de madeira	121,4	119,9	118,4	119,1	129,0	121,9	133,2	127,1	114,9	114,9	116,6	120,1	116,8	126,4	103,1
Celulose, papel e produtos de papel	99,3	92,4	99,7	97,2	96,4	101,5	108,8	104,1	99,8	99,8	93,3	94,5	83,6	100,9	94,3
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	99,8	108,6	101,9	105,3	114,6	100,9	110,2	96,6	54,0	54,0	98,1	91,8	90,0	104,1	106,6
Outros produtos químicos	90,3	105,7	98,8	113,7	128,9	117,5	111,0	102,5	83,7	83,7	87,4	94,0	93,7	76,2	85,7
Produtos de borracha e de material plástico	107,4	103,9	111,9	118,8	116,4	111,4	124,3	121,9	93,2	93,2	108,2	107,5	105,7	110,2	109,5
Minerais não metálicos	113,2	116,5	103,9	111,8	115,0	112,4	123,5	122,4	107,2	107,2	114,7	108,8	113,9	121,9	114,2
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	110,8	108,3	104,6	112,9	113,7	111,9	121,9	114,6	90,7	90,7	101,6	106,4	103,2	99,9	96,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	106,3	107,5	95,0	94,2	114,1	99,7	115,9	112,7	93,0	93,0	102,0	95,0	105,0	104,0	103,9
Máquinas e equipamentos	114,9	102,6	105,2	114,7	117,1	119,0	129,1	124,3	102,7	102,7	99,6	116,0	104,6	96,7	81,0
Veículos automotores, reboques e carrocerias	121,1	116,9	107,1	120,6	122,3	111,9	114,6	104,9	76,0	88,9	82,1	102,9	102,9	86,1	84,3
Móveis	107,4	98,5	95,6	102,0	108,6	105,0	112,2	111,7	95,1	89,9	87,8	89,9	94,7	89,0	87,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2014

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan/13	Fev/13	Mar/13
Indústria geral	100,12	102,55	106,75	108,23	105,71	109,00	110,15	102,67	104,22	110,05	112,50	112,59	110,98	111,55	113,08
Indústrias extrativas	95,28	91,05	83,14	74,57	75,11	76,62	75,68	71,15	71,65	66,82	65,86	65,01	67,72	67,20	66,87
Indústria de transformação	100,18	102,69	107,04	108,66	106,10	109,41	110,59	103,07	104,63	110,59	113,08	113,18	111,52	112,11	113,66
Alimentos e bebidas	112,91	123,98	130,20	145,72	148,61	156,61	161,10	157,23	153,06	173,31	186,05	192,27	179,10	178,75	188,25
Fumo	151,61	139,33	171,82	176,01	172,70	203,64	146,72	166,18	168,69	178,62	184,74	204,83	251,92	335,49	343,65
Têxtil	104,54	98,87	97,47	93,04	98,02	90,57	84,57	77,50	82,92	87,54	98,30	110,28	107,13	111,44	108,34
Vestuário	109,65	119,78	137,40	143,06	130,68	127,12	114,16	96,41	93,07	88,36	73,16	71,78	70,64	72,81	72,83
Calçados e couro	94,19	84,90	77,49	87,36	100,28	104,42	100,23	91,51	103,13	91,92	84,03	80,16	80,39	78,48	78,82
Madeira	80,10	77,61	79,47	68,52	56,46	49,90	45,51	36,03	33,89	30,66	29,90	28,59	30,13	29,42	28,68
Papel e gráfica	101,78	112,32	115,86	116,97	121,49	127,51	125,01	123,28	130,70	134,61	129,72	133,02	128,13	127,82	130,74
Refino de petróleo e combustíveis	139,55	193,99	200,28	193,10	214,11	231,62	258,75	270,75	226,77	217,69	230,07	229,49	203,03	204,92	226,47
Produtos químicos	94,75	85,42	84,55	82,94	92,19	107,86	104,63	92,50	100,71	105,46	112,68	114,89	115,31	116,11	114,99
Borracha e plástico	102,90	92,06	90,47	92,80	91,19	94,73	92,21	81,53	79,92	80,09	78,76	78,39	81,12	80,78	79,48
Minerais não-metálicos	115,39	112,56	116,00	119,90	113,93	129,73	134,66	130,23	127,90	131,35	140,75	139,02	142,42	142,48	142,53
Metalurgia básica	91,79	83,40	79,69	81,41	72,50	67,97	72,16	70,88	78,93	85,13	88,92	87,30	86,69	87,44	88,35
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,45	97,42	96,86	99,41	101,13	95,98	103,68	103,74	111,63	121,14	121,25	116,72	116,32	120,37	121,49
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,32	125,23	137,61	137,23	125,60	134,11	161,50	150,96	170,84	157,74	154,99	158,65	152,76	154,21	157,98
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,87	96,68	90,47	96,23	94,68	95,01	105,05	103,00	110,89	146,52	183,13	158,07	177,32	176,73	170,26
Fabricação de meios de transporte	88,25	93,47	101,74	112,47	112,19	142,13	150,56	141,50	149,92	168,57	174,05	175,45	173,50	173,60	175,76
Fabricação de outros produtos	80,86	71,08	74,52	66,08	63,47	66,18	64,68	57,70	60,03	67,80	67,52	68,19	69,89	70,24	69,44

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	2014	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	
Indústria geral	113,91	114,16	114,54	113,96	113,21	112,99	112,37	112,33	107,96	109,01	108,22	108,43	109,73	109,65	
Indústrias extrativas	65,56	65,78	65,13	64,38	62,84	63,65	63,15	63,77	64,01	63,00	63,54	63,57	63,11	61,78	
Indústria de transformação	114,52	114,77	115,16	114,58	113,84	113,60	112,98	112,93	108,51	109,59	108,78	108,99	110,32	110,25	
Alimentos e bebidas	191,30	195,47	198,45	198,16	199,02	197,98	197,91	198,02	184,78	191,51	184,39	188,41	196,45	196,80	
Fumo	332,03	263,54	183,69	123,61	115,21	118,92	122,87	128,06	138,94	326,28	269,73	346,37	344,88	344,14	
Têxtil	107,92	108,01	109,28	110,90	111,28	114,39	114,22	112,44	107,98	108,91	107,92	109,11	107,95	110,65	
Vestuário	72,67	71,72	72,45	72,75	72,77	73,17	72,21	71,61	65,74	66,32	65,31	65,76	66,87	67,33	
Calçados e couro	78,49	80,57	81,03	81,06	82,32	82,73	80,08	79,60	78,30	78,51	79,94	80,65	76,88	76,58	
Madeira	28,63	28,30	28,50	28,39	28,17	28,12	28,15	28,41	28,15	28,73	28,33	28,93	28,79	28,86	
Papel e gráfica	132,13	133,52	132,06	133,30	134,19	133,46	136,29	138,64	135,90	136,48	135,66	136,80	136,83	136,63	
Refino de petróleo e combustíveis	240,36	245,48	241,89	240,50	239,53	236,91	233,77	229,90	211,09	211,99	203,29	201,07	218,18	225,40	
Produtos químicos	115,87	115,01	114,61	114,63	114,59	114,20	114,33	114,45	114,62	117,88	115,68	118,12	119,05	118,65	
Borracha e plástico	78,50	76,19	75,32	78,73	78,42	78,73	78,41	78,23	76,78	75,19	76,11	74,74	74,73	75,18	
Minerais não-metálicos	141,22	138,81	139,68	137,19	137,34	138,68	136,52	136,04	135,31	137,00	135,82	137,58	137,48	137,10	
Metalurgia básica	88,61	90,37	89,22	88,31	86,28	85,89	85,82	85,31	85,27	84,93	85,36	85,81	84,78	83,78	
Produtos de metal ⁽¹⁾	119,43	116,57	115,12	113,67	113,51	114,67	116,80	117,33	115,36	111,42	114,36	111,05	110,40	109,87	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	159,64	159,20	161,43	161,97	160,25	160,76	160,08	159,65	155,91	160,30	159,29	159,14	160,73	162,05	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	176,08	177,02	175,04	161,86	142,65	136,98	135,79	137,08	130,05	117,41	129,70	115,86	113,45	110,64	
Fabricação de meios de transporte	177,40	176,28	177,17	178,23	178,14	176,61	174,93	173,72	170,09	169,36	171,26	170,27	169,55	166,37	
Fabricação de outros produtos	69,00	69,21	69,11	68,15	68,71	69,19	65,71	65,39	64,18	64,71	65,14	65,02	64,56	64,11	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ(1) - 1995-2014

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
Jan. - Maio 2014	15 602	11 473	4 809	31 703	1 525	-	65 112

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2013

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 344	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011	239 366	5,67	4 143 013	2,73
2012 ⁽³⁾	255 767	1,80	4 392 094	1,03
2013 ⁽³⁾	287 966	4,61	4 844 815	2,49

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

